



MODERNIZAÇÃO, INCORPORAÇÃO E SOBREVIVÊNCIA DA POPULAÇÃO RURAL – O CASO CHINÊS PÓS 1978

Mariana Delgado Barbieri

Socióloga, doutora em Ambiente e Sociedade
pela Universidade Estadual de Campinas.

E-mail: marianabarb@yahoo.com

Lisandra Zago

Filósofa, com doutorado em Sociologia
pela Universidade Estadual de Campinas.

E-mail: zagolisandra@gmail.com

RESUMO

A partir de uma reconstrução histórica, baseada em fontes secundárias, o artigo apresenta o processo de modernização vivenciado na China na Era Pós-Mao, partindo de uma análise que busca captar a situação no campo. Alterações na dinâmica política e organizacional dos camponeses possuem relação direta com o fortalecimento da economia de mercado e fortalecimento do mercado consumidor, impulsionando o crescimento econômico a partir da década de 1980. **Palavras-chave:** China; Modernização; Rural; Agricultura; Questão agrária.

MODERNIZATION, INCORPORATION AND SURVIVAL OF THE RURAL POPULATION - THE POST 1978 CHINESE CASE

ABSTRACT

From a historical reconstruction, based on secondary sources, the article presents the modernization process experienced in China in the Post-Mao Era, starting from an analysis that seeks to capture the situation in the field. Changes in the political and organizational dynamics of peasants have a direct relationship with the strengthening of the market economy and strengthening of the consumer market, boosting economic growth from the 1980s.

Keywords: China; Modernization; Rural; Agriculture; Agrarian Issue.



Introdução

O ano de 1978 foi um marco divisório na história recente da China. Assumiu o poder Deng Xiaoping¹, que após a morte de Mao Zedong propôs uma virada ideológica no Partido Comunista Chinês, com amplo apoio à integração da China no comércio internacional, incentivo à industrialização e avanço na modernização econômica e social do país.

Com a chamada Quatro Modernizações, plano político que visava o crescimento econômico, o desenvolvimento e modernização da agricultura, indústria, tecnologia e defesa e a inserção internacional, a China modificou algumas esferas essenciais da sociedade chinesa, e uma dessas esferas é a que abrange a população rural e a agricultura (LEITE, 2013).

No final da década de 1970 a China ainda possuía uma majoritária população rural, que havia enfrentado diversas políticas voltadas ao campo desde a Revolução Chinesa de 1949, que levou o Partido Comunista Chinês ao poder. Reconhecidamente importante é a contribuição do chamado pensamento maoísta ao perceber uma função essencial da população rural na condução do socialismo, diferenciando-se de outras interpretações marxistas que condenavam a população rural à apatia social e pouca atuação nos movimentos políticos, afinal, conforme Mao Zedong afirmou “Nós temos uma população de 500 milhões de camponeses, de forma que a situação dos camponeses é extremamente determinante para o desenvolvimento de nossa economia e para a consolidação dos poderes do Estado” (ZEDONG *apud* MACCIOCHI, p. 207, 1971). Dessa forma, a população rural não participa apenas das esferas econômicas e sociais, mas também da esfera política do país (SILVA, 2008). Mao

¹ Nesse artigo usaremos o sistema Pin Yin de romanização dos nomes.



Zedong consagra então o campesinato como a classe social mais importante no processo revolucionário chinês, obviamente em virtude da dimensão dessa classe, do baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas e da estreiteza da classe proletária no cenário histórico em que a Revolução Chinesa ocorreu.

Determinante para obter os sucessos desejados por Deng Xiaoping, a população rural participou ativamente da construção das bases para a solidificação e fortalecimento do Estado chinês e sua economia, enfrentando sucessivas mudanças no acesso à terra, que determinaram diferentes formas de ordenamento social e sobrevivência no campo.

Para compreender o papel dos camponeses e as políticas públicas principais que afetaram essa população que sempre esteve em uma situação de pobreza, mas foi o alicerce para o atual sucesso econômico chinês, iremos percorrer as principais mudanças e medidas políticas que ocorreram desde 1949².

2. A coletivização das terras

A conjuntura nacional e a importância da agricultura fez com que diversas medidas fossem adotadas desde os primeiros anos da República Popular da China e essas impactaram diretamente o modo de sobrevivência e organização da população rural.

Logo após 1949 o esforço em alcançar o socialismo foi realidade eminente e promoveu a primeira grande reforma agrária do novo governo. No período entre 1948 e 1952 o partido preconizou sucessivas reformas, todas no sentido da partilha igualitária das terras cultiváveis. Graças a essa política, obteve apoio da

² Para informações detalhadas da evolução econômica chinesa ver: SERRA, 1997.



]classe camponesa, fundamental para os planos do partido (AUDREY, 1976).

A coletivização das terras na verdade colocou o Estado como o senhor absoluto das terras. Proibiu a posse de terra, transformando as terras cultiváveis, o maquinário e ferramentas em bens comuns, que não pertenciam a determinado indivíduo.

Na realidade a reforma agrária foi um mecanismo para acomodar uma população que estava instável depois de tantos anos de guerra civil, e facilitou a retirada de propriedades e de poder dos latifundiários, indivíduos que pertenciam a uma classe social antagônica, contrária às diretrizes do Partido Comunista. Foi mais do que uma preocupação econômica e social, foi uma escolha política (LEITE, 2013).

A reforma agrária desse primeiro momento alterou completamente o modo de distribuição de terras. De uma hora para outra, milhões de camponeses pobres passaram a ter o controle sobre a terra e a produção. Quase metade da terra cultivada (cerca de 47 milhões de hectares) foi distribuída para 300 milhões de camponeses. Essa reforma impactou diretamente na organização social e no modo de vida da população, ao permitir a produção de alimentos, acesso ao poder político local (através das associações camponesas), acesso ao ensino e outras benfeitorias diretamente relacionadas à posse da pequena propriedade. Uma nova estrutura social se funda, com os camponeses ocupando importante função dentro da nova dinâmica, substituindo antigos estratos da sociedade, tradicionalmente valorizados (GAMER, 1999).

Entretanto, a reforma agrária apenas distribuiu terras, mas não alterou o modo de produção em sua essência. Mao Zedong passa, então, a defender a



cooperativização como melhor saída para a baixa produção das pequenas propriedades rurais, baixo rendimento, uso de técnicas rudimentares e disparidade entre a produção e a necessidade real de alimentos, afinal, havia uma enorme população mas uma área cultivável insuficiente, que ainda sofria constantemente com os problemas climáticos e ambientais (enchentes, secas, vendavais, granizo, pragas).

O Estado pediu de volta as propriedades distribuídas poucos anos antes com a reforma agrária, e a coletivização passou a ser vista com receio pelos camponeses, afinal, haviam adquirido o direito sobre a terra e naquele momento o Estado retirava esse direito. Os conflitos e desconfianças foram muitos, mas Mao Zedong se manteve firme no processo de cooperativização. Em sua visão, com base nas leituras e interpretações marxistas que ele fazia, a cooperativização era essencial para eliminar forças antagônicas que poderiam surgir espontaneamente no campo, forças capitalistas que se levantariam contra o Estado e o Partido Comunista (SILVA, 2008).

Com a cooperativização o Estado se torna o senhor absoluto sobre as terras. Em 1958 esse processo de cooperativização se estabelece, e a criação das comunas é o modelo de organização social do campo que vai perdurar até 1978, com o Estado tendo controle total sobre a produção e distribuição de alimentos. A comuna se consolidou como unidade básica da estrutura e do poder socialista, incorporando a indústria, a agricultura, a educação, o comércio e a organização militar. Em média, uma comuna pequena abrigava 1600 famílias e era responsável pelo controle sobre a terra e os equipamentos (FAIRBANK, 2008).

O desenvolvimento agrícola também estava sob direção dessas comunas,



que com sua força de trabalho promovia grandes obras de infraestrutura, como vias para circulação de transportes, construção de mecanismos para irrigação e etc. Além disso, as comunas exerciam o controle político e ideológico sobre os seus moradores, impedindo o surgimento de mentalidades contrárias ao socialismo e controlando as migrações e alterações na estrutura organizacional das famílias.

Nesse período de 20 anos (1958-1978), entre 75 e 80% da população chinesa, que constituíam a população rural, permaneceram presas em uma estreita relação com o Estado, que estabelecia o monopólio sobre a produção rural, agenciando e distribuindo o suprimento básico de alimentos a todo o país. Regulava os preços e determinava o que e quanto deveria ser produzido, não deixando margens para nenhuma produção autônoma, com um forte aparato burocrático responsável por fiscalizar, penalizar e cobrar os produtores rurais.

Rígidas leis prendiam os camponeses ao campo, impossibilitando qualquer mudança em suas vidas. O registro de residências, criado em 1953, impedia a migração rural-urbana e controlava o crescimento das cidades. Cada indivíduo recebia um cartão e tinha direito a obter alimentos, saúde e educação apenas em seu local de moradia. Caso saísse da sua localidade não conseguiria obter esses suprimentos mínimos de sobrevivência. Com isso, durante mais de 20 anos não houve mudanças na disposição populacional, e enquanto países do mundo todo enfrentavam a crescente urbanização, a China manteve-se majoritariamente rural (MEZZETTI, 2000).

Campanhas específicas do governo permitiam a migração rural-urbana, como aconteceu durante o Grande Salto Adiante (1958), em que 20 milhões de camponeses foram levados às áreas urbanas para constituírem a mão-de-obra industrial e participar da expansão urbana e da industrialização. Problemas administrativos e fracassos políticos fizeram com que muitas fábricas fechassem, e a mão-de-obra sem nenhuma qualificação foi novamente mandada de volta ao



campo nos anos seguintes ao fracasso do Grande Salto Adiante. Importante salientar que essa transferência de mão-de-obra fez com que as colheitas sofressem uma importante baixa e juntamente com catástrofes ambientais ocasionou um longo período de fome, que matou milhares de chineses em menos de dois anos.

No período da Revolução Cultural (1966-1976) temos uma migração inversa, com jovens, intelectuais e membros do partido julgados como revisionistas sendo enviados ao campo para a reeducação socialista e o desenvolvimento do trabalho manual. O completo fracasso da Revolução Cultural, com milhares de mortos, clima de guerra civil e profundas rupturas no interior do Partido, se constituem como elementos importantes para as mudanças que a China passa a enfrentar a partir de 1978, quando Deng Xiaoping assume a liderança no interior do Partido Comunista Chinês e propõe uma série de alterações na condução do Estado, nas políticas públicas e nas diretrizes econômicas.

3. Deng Xiaoping e a modernização da China

Ainda que tenham ocorrido progressos na área rural chinesa após a revolução de 1949 até a morte de Mao Zedong em 1976, como expansão da rede de energia elétrica, grande número de obras de irrigação, expansão do ensino primário em áreas rurais, a China ainda era um país isolado, rudimentar, essencialmente agrário e muito distante do Ocidente e da economia globalizada (WEN, 1988).

Com a morte de Mao, as disputas que já estavam evidentes no interior do partido vieram à tona, e novas concepções e ideias passaram a ganhar espaço no terreno político e econômico. Planos que já haviam sido elaborados há algum tempo ganharam visibilidade, e o chamado Plano das Quatro Modernizações é o



exemplo mais evidente, afinal ele foi elaborado no início da década de 1970, sob as sombras da Revolução Cultural, e por ser julgado como revisionista por Mao Zedong foi arquivado.

As Quatro modernizações apresentavam a necessidade eminente de a China se modernizar e se relacionar com o restante do mundo, com forte expansão econômica e industrial, e para conduzir essas transformações Deng Xiaoping assume o poder e passa a defender e a apoiar a “construção e modernização socialista”. Para tanto, era preciso promover a industrialização e também a integração aos países industrializados, a fim de permitir a troca de tecnologias, educação de técnicos, investimentos em matérias primas, troca de experiências, entre outros.

Como afirma Alexandre C.C. Leite

O objetivo esteve sempre muito claro para os formuladores políticos chineses: a China precisava, e em caráter de urgência, modificar sua estrutura produtiva visando atingir níveis elevados de crescimento econômico. Esse crescimento econômico seria a base para um processo mais complexo de inclusão social, de elevação do acesso de parcela relevante da população a bens e serviços ainda distante de suas realidades e de melhores condições sociais para sua imensa população, essencialmente rural e de renda média abaixo dos níveis desejáveis e necessários para a estabilidade política de um Estado de tamanha complexidade (LEITE, p. 92, 2013).

A modernização para ser aceita e bem desenvolvida foi posta em andamento com cautela. Alterar a estrutura de funcionamento da sociedade como um todo, suas formas de organização social, sua ideologia, demandam cuidados excessivos, para que não se perca as rédeas do progresso social. Assim, as transformações foram acontecendo paulatinamente, de maneira a alterar profundamente a sociedade e suas relações – mas sem alteração da estrutura política vigente.

Como a economia chinesa se baseava fundamentalmente na agricultura, com uma baixa taxa de industrialização, a via de desenvolvimento econômico

escolhida privilegiou as alterações no campo em primeira instância, afinal, alterando a produção e distribuição de alimentos seria possível realocar recursos e mão-de-obra para a indústria. Mas isso tinha que ser bem elaborado, para que não fosse mais uma tentativa forçada de industrialização, como aconteceu durante o Grande Salto Adiante.

A primeira grande mudança, e fundamental para todo o desenrolar e progresso econômico e social da China, foi o fim das comunas populares, enquanto unidade produtiva, e o surgimento do chamado sistema de responsabilidade familiar. Essa mudança teve um surgimento endógeno, ou seja, partiu de iniciativas da população, e foi aceita por Deng Xiaoping (OSNOS, 2015). Ao contrário de Mao, ele não reprimiu essa transformação social, e mais que isso, ao perceber o sucesso do sistema de responsabilidade familiar, tornou esse uma política estatal e uma nova reforma agrária teve início na China.

A respeito do surgimento endógeno, encontramos a narrativa abaixo:

Uma comunidade agrícola extremamente pobre em uma pequena aldeia chamada Xiaogang, na província de Anhui, uma das mais pobres da China. Em finais de 1978, não se sabe ao certo a data, 18 agricultores empobrecidos se reuniram. Eles concordaram em fragmentar a terra, ficando cada família com um determinado pedaço, o qual elas iriam cultivar individualmente. Esses agricultores concordaram em não pedir grãos e nem dinheiro para o governo. Eles iriam cumprir as exigências de quotas determinadas pelo governo, porém iriam audaciosamente ficar com as possíveis sobras para então vendê-las. Isso era contra a lei.

Temerosos com o que poderia acontecer às suas famílias, esses agricultores selaram um acordo entre si: se qualquer um deles fosse apanhado e aprisionado pelo governo, todos os outros da aldeia iriam cuidar de seus filhos até que eles fizessem 18 anos de idade. O acordo foi firmado com assinaturas e impressões digitais.

E foi assim, de acordo com a história, que tudo começou.

No ano seguinte, a colheita de grãos foi 6 vezes maior do que havia sido em 1978. Eles conseguiram facilmente cumprir suas quotas, vendendo em seguida todo o excedente — a maioria à beira de estradas. A renda per capita aumentou em um fator de 20. O Secretário do Partido Comunista, Wan Li, que era o responsável pela Província de Anhui à



época, ficou sabendo da ocorrência e acabou aprovando o "experimento" (CLANCY, p. 1, 2010).

Nesse novo sistema a terra passa a ser distribuída em parcelas para as famílias. A posse da terra continua sendo do Estado, entretanto as famílias adquirem autonomia na decisão relativa a métodos de gestão, plantação e colheita. O Estado continuou estipulando uma cota de produção, que deveria ser entregue por um preço pré-determinado, no geral bem baixo. Essa cota foi responsável por servir de suporte à industrialização promovida pelo Estado. A diferença é que a produção excedente podia ser comercializada no mercado. Pela primeira vez após 1949 foi permitido um mercado interno de troca e comercialização, e essa mudança representou o salto para o desenvolvimento agrário, além de permitir a constituição de um comércio que incentivava o surgimento de novas indústrias e pequenas empresas que produziam os mais diversos itens para atender a população rural, que se tornou consumidora. A economia passou a se movimentar, afinal ela é um ciclo: se o produtor rural pode comercializar seu produto e obter uma quantia com a venda, essa quantia possibilita a compra de outro produto, e assim sucessivamente, beneficiando um grande número de indivíduos, favorecendo uma rede local de comércio (LEITE, 2013).

Com a possibilidade de comercialização da produção excedente houve um exponencial aumento da produção, afinal, quanto maior a produção maior a comercialização. A competitividade entre os produtores também estimulou a produção, e regulou a oferta de preços. Para permitir o incremento produtivo foi legalizada a contratação de até 7 pessoas por unidade produtiva, ou seja, passou a existir o uso mão-de-obra rural assalariada. Apesar de fixada em 7 o número máximo de trabalhadores, esse número era bem maior na prática, com nítido uso de métodos ilegais de corrupção dos funcionários do aparelho estatal para que não notificassem a contratação de funcionários em número maior que o



permitido. Essa mudança fez com que a produção bruta duplicasse no período de 1980 a 1986.

Importante salientar que alguns autores, como Xu (2012) atentam para a possibilidade de o incremento na produção ter sido provocado não pelo novo sistema de responsabilidade familiar, mas por uma conjunção de fatores, entre eles mudanças climáticas favoráveis (ausência de grandes enchentes, tempestades, secas) e também devido ao investimento estatal em tecnologia, maquinário e conhecimentos. Não podemos negar que esses fatores podem ter ajudado no incremento da produção, mas a mudança promovida pelo sistema de responsabilidade familiar é inegável.

O sistema de responsabilidade familiar trouxe um maior dinamismo e flexibilização ao campo. Ao poder escolher o que seria cultivado, em qual quantidade, o que seria comercializado e por qual valor, começou a se constituir um mercado interno e surgiu condições para dinamizar o setor agrário chinês nos primeiros anos da era Deng. Apesar da obrigatoriedade de venda de parte da produção ao Estado, as famílias puderam escolher outros setores para produzir, como piscicultura, plantação de legumes e frutas, itens com boa aceitação no mercado e que traziam maior rentabilidade às famílias. Fora isso, o sistema não mais prendia todos os membros da família à terra, e com isso camponeses começaram a desenvolver uma rede de prestação de serviços, de pequenas empresas e foram trabalhar nas indústrias locais.

Esse incremento nas atividades econômicas permitiu uma elevação na renda per capita e melhora no padrão de vida, ainda que o camponês médio fosse muito mais pobre e com pouquíssimas condições comparado a qualquer outro camponês médio de outro país desenvolvido. Segundo dados do FMI, considerando o poder de paridade de compra, a renda per capita chinesa em 1980 era de 250 dólares por ano, enquanto a renda per capita dos Estados Unidos era de 12,3 mil dólares. Então quando dizemos melhora no padrão de vida temos que



ser muito cautelosos ao imaginar qual foi essa melhora.

Além disso, temos outra mudança importante: o sistema de controle migratório fracassou e não mais se solicitava o registro de moradia em hotéis, os cupons de grãos e alimentação podiam ser trocados em qualquer região, e dessa forma a distribuição populacional começou a se alterar, com sucessiva redução da população rural em um claro processo de urbanização, que ainda que lento culmina com 29% da população morando nas cidades no ano de 1993. Isto é, em pouco mais de uma década tivemos um crescimento em torno de 10% da população urbana, e esse crescimento se intensificou na década de 1990 e 2000, alcançando somente em 2012 um maior número de habitantes nas cidades do que no campo (WEN, 1988; SILVA, 2008; LEITE, 2013).

Obviamente que toda transformação sofre suas críticas. É fácil percebermos que essa nova modalidade de organização no campo sofreu severas críticas por parte de uma linha do Partido Comunista Chinês, que via a possibilidade de comercialização do excedente e a contratação de funcionários como um germen para o renascimento de ideias burguesas, que estimulariam a acumulação de riqueza nas mãos de uns em detrimento de baixos salários pagos a outros. O fim da comuna enquanto unidade produtiva representaria o fim da produção voltada à coletividade; agora os produtores rurais se esforçavam para produzir cada vez mais por ambições pessoais, e não para favorecer a coletividade ou atender às ordens do Estado.

Ao mesmo tempo a população rural também temia as mudanças: um sentimento de medo fazia com que os camponeses fossem cautelosos em investir em novos produtos, afinal, a herança da repressão e do rígido controle sofrido durante a Revolução Cultural ainda estava muito presente. Para aliviar esse



medo e desconfiança, Deng formalizou os contratos de utilização de terra fixados em 15 anos, garantindo que os produtores rurais poderiam fazer seus investimentos nesse período e a utilização da terra estaria garantida pela legislação (SILVA, 2008). A ausência da propriedade privada traz essa desconfiança ao produtor rural, afinal, ele desenvolve seu trabalho e faz seus investimentos em um terreno que não lhe pertence, e teme que novas leis e reformas agrárias acabem por tira-lo de sua área produtiva. Considerando as enormes mudanças que o ambiente rural sofreu em 30 anos (1949 a 1979) é compreensível essa desconfiança, afinal o camponês passou por uma reforma agrária que distribuiu as terras, depois sofreu a coletivização, depois o surgimento das comunas, e enfrentava no início da década de 1980 uma importante alteração na passagem das comunas para o sistema familiar. A incógnita do futuro era um problema constante – como confiar nas determinações do Partido?

4. A industrialização rural

De qualquer forma, essas alterações sofridas no início da década de 1980 estão diretamente relacionadas com as altas taxas de crescimento econômico que a China teve ao longo dos anos 90 e primeira década do século XXI.

O sistema de responsabilidade familiar significou uma brutal mudança ao eliminar a comuna enquanto unidade produção³, sendo uma consequência da descoletivização de terras. Garantiu ao agricultor a responsabilidade sobre a terra

³ A comuna continuou existindo como unidade administrativa, responsável pela execução de planos e diretrizes locais. Conseguiu ao longo da década de 1980 uma maior autonomia em relação às altas esferas do Estado, conseguindo criar planos e definições de acordo com as necessidades de cada localidade (WEN, 1988).



e permitiu que esse ficasse com a maior fatia de lucro gerado com sua produção. Sem dúvida essa medida permitiu um grande aumento no rendimento da terra, principalmente nas áreas férteis e nas próximas a grandes cidades, afinal, ficava mais fácil escoar sua produção.

Essas mudanças na economia rural fizeram com que após 1980 em torno de 50% dos moradores dos vilarejos se dedicassem a agricultura, contra 90% que se dedicavam no período anterior. As causas são variadas: incremento tecnológico, aumento no número de máquinas, surgimento de pequenas indústrias locais que atraíam a mão-de-obra e também um fator importante, o desemprego por falta de terras. Quando houve a transição da comuna para o sistema familiar, nem todas as famílias receberam terras para cultivarem. Algumas delas ficaram impossibilitadas de produzir, aumentando o desemprego e gerando pobreza nas áreas rurais. Cria-se então um excedente populacional, que se desloca para os grandes centros urbanos em busca de oportunidades de emprego, ou fica nos vilarejos e desenvolve atividades paralelas, como prestação de serviço. Esse é mais um elemento importante que ajuda a compreender a migração rural-urbana e a criação de indústrias rurais, afinal a mão-de-obra estava disponível e aceitava receber baixíssimos salários (LEITE, 2013)

O cenário fica favorável ao desenvolvimento industrial rural: incentivos governamentais, mão-de-obra disponível e um recém criado mercado consumidor, ávido por novos produtos e com condições para adquiri-los.

É com essas condições que na década de 1980 se verifica o surgimento e consolidação das *Tonwship and Village Enterprises*, empreendimentos não agrícolas estabelecidos nas zonas rurais, que receberam incentivo governamental através de baixas alíquotas de impostos e obtiveram um vertiginoso crescimento na década, totalizando mais de 10 milhões de empresas, sendo 80% delas propriedades privadas, isto é, empresas que geravam produtos e rendas e não eram estatais, mas participavam ativamente do crescimento econômico e



industrial (LEITE, 2013).

A industrialização nas regiões rurais promoveu a melhoria das condições de vida da população residente nessas regiões, conforme analisa Cheng *et al.* (2009, p.10) “a industrialização das áreas rurais promove o desenvolvimento da região, otimiza a estrutura econômica no setor agrícola e auxilia na resolução dos problemas causados pela necessidade de alocação da força de trabalho nas áreas rurais” . É visível a melhora de vida que a população sofre ao analisarmos dados de renda per capita: em 1978 a renda era de 133,6 yuan e passa para 4.132,30 yuan em 2007 (aproximadamente 700 dólares anuais) (SERRA, 1997).

5. Considerações finais

O estímulo ao desenvolvimento industrial perdurou aproximadamente 20 anos, até o final da década de 1990. Entretanto, o melhor desempenho na agricultura ocorreu apenas nos anos 80, com forte regressão e mudanças nas políticas públicas voltadas ao campo na década de 1990.

Claramente, o que o Plano das Quatro Modernizações estimulava era o desenvolvimento da agricultura como base para o crescimento industrial, e meio para se obter o financiamento necessário para se apoiar as indústrias. O Estado não estava preocupado em garantir aos camponeses melhores condições de vida, e as alterações sofridas nesse sentido foram consequências do aumento da produção, e não resultado de políticas específicas voltadas para elevação das condições de vida.

Entretanto, na década de 1990 com a liderança política de Jiang Zemin e depois de Zhu Rongji, a população rural começou a sofrer com uma série de novas diretrizes que acabaram levando os camponeses novamente a extrema pobreza. Deslocamento do centro econômico do rural para as áreas urbanas, aumento nos impostos, diminuição na oferta de crédito aos produtores rurais,



encarecimento dos serviços de saúde e educacionais e dificuldades em se obter o *hukou* urbano (autorização para moradia na cidade, que possibilita acesso a benefícios como auxílio alimentação, moradia, saúde, educação). Todos esses fatores foram consequências dos esforços estatais em investir nos grandes centros urbanos e na ampliação das indústrias, deixando em um segundo plano o crescimento da economia rural. Com isso houve um retrocesso nas taxas de crescimento da economia rural, ficando em torno 3% ao ano, um número bem menor se comparado aos 9% de crescimento médio anual visto durante a década de 1980 (XU, 2012).

O crescimento urbano deixou ainda mais claro os problemas sociais que a sociedade chinesa provocou a fim de crescer a qualquer custo. A diminuição das garantias sociais e a situação de pobreza das áreas rurais em contraste com o crescimento e enriquecimento das áreas urbanas provocaram na década de 1990 o surgimento de movimentos sociais no campo.

Os movimentos sociais no campo conseguiram chamar atenção dos líderes locais a partir da contestação das taxas e impostos pagos, da manipulação das eleições locais, do aumento do uso da força para conter a população. Além disso, os movimentos claramente afetaram os “corações, mentes e identidades sociais dos participantes, que transformaram seus conhecimentos, compromissos e afiliações” (McCAN, 1994, p. 230). Mais que isso, o envolvimento nesses movimentos contestatórios contribuíram para formar uma identidade coletiva em diversas localidades, que passaram a reivindicar mudanças, questionar decisões governamentais e alertar o Estado para a situação local insatisfatória. Mas com a forte repressão governamental e a fraca mobilização nacional seu alcance e sucesso ficaram limitados (O'BRIEN; LI, 2005).

A potência China obteve no final dos anos 90 e início dos anos 2000 seus momentos de glória, com elevado crescimento econômico, ainda que a custos de problemas sociais. A China se inseriu completamente no mercado internacional



e os planos de Deng Xiaoping de modernização e integração ao mercado foram bem sucedidos, entretanto resta uma difícil tarefa: a de promover a melhora social para a população, de uma maneira mais igualitária.

Em 2007 mais uma vez os camponeses perderam sua batalha com a lei da propriedade privada (ZHANG, 2008). O reconhecimento da existência e dos direitos das propriedades privadas excluiu as propriedades rurais, assegurando apenas às propriedades urbanas, imobiliárias e às heranças o direito de propriedade privada. As terras continuam sendo propriedades do Estado, e mantém os camponeses na completa submissão e insegurança que o Estado ocasiona. Com o atual crescimento urbano é cada vez mais comum a expropriação da população rural de áreas que são convertidas em áreas urbanas, sem qualquer tipo de indenização e condenando os camponeses à pobreza e total desassistência governamental.

Nos primeiros anos do século XXI, começamos a observar mudanças nas linhas de condução do Partido, que passaram a mudar o centro do discurso para além do desenvolvimento econômico. A necessidade de se integrar crescimento econômico e sustentabilidade aparece nos discursos oficiais em 2002, e sob o governo de Hu Jintao e Wen Jiabao a importância de se construir uma “sociedade harmônica” e desenvolver uma zona rural socialista evidencia o reconhecimento de que são necessárias mudanças e alterações na ordem social.

Para se alcançar uma estabilidade social no campo e manter a força efetiva do Estado, sem que ocorram levantes populacionais, é imprescindível que a lógica de distribuição de bens e riqueza se altere, de modo a permitir uma total integração da população rural à sociedade chinesa, para que essa goze dos benefícios que o crescimento econômico, a industrialização e a integração internacional trouxe à China.

Para além da questão social, cabe ressaltar a ordem política que se mantém esquecida desde os tempos de Mao. O Estado e o Partido se silenciam, e não



abordam a questão fundamental de inclusão dos camponeses nas esferas de decisão, na participação pública e política, no acesso à educação.

Apesar do inegável papel histórico que o camponês teve no atual desenvolvimento chinês, ele ainda se mantém às margens da sociedade, sofrendo segregação e preconceitos, sem representatividade política e sem aproveitar os frutos do seu trabalho e da sua ampla dedicação às suas atividades.

Talvez o reconhecimento da propriedade privada rural fosse um primeiro passo do Estado para a manutenção da ordem social e garantia do uso da terra e transmissão dela por herança. Significaria afrouxar os laços de submissão que os camponeses têm com o Estado, mas permitiria um salto na conquista de direitos, alcançando os mesmos direitos que a população urbana já obteve.

As novas diretrizes do Partido indicam que mudanças sutis podem acontecer, afinal questões sociais estão na pauta de discussão, e manter um Estado com a dinâmica e tamanho do Estado chinês depende de medidas tomadas com consciência, mas enquanto a submissão ocorrer e não forem organizados movimentos reivindicatórios que clamem por mudanças efetivas para a população do campo e ameassem a estabilidade social, dificilmente transformações profundas ocorrerão. O Estado continuará dependente das cotas que recebe dos camponeses e esses continuarão na situação precária em que vivem, afinal a tão aclamada melhoria nas condições de vida dos camponeses é ínfima, e as relações de produção e de poder não permitem uma efetiva conquista de direitos sociais e políticos por essa população.

Recebido em 27 de abril de 2020

Aprovado em 15 de maio de 2020.



Referências

- AUDREY, Francis. **China, 25 anos, 25 séculos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- CHEN, W; ZHANG, R.; LIU, G. Development model of rural industrialization in China. **Asian Agricultural Research**, v.1., n.7, p. 8-12, 2009.
- CLANCY, C. **Agricultores heroicos e propriedade privada – como começou a revolução capitalista chinesa**. 2010. Disponível em <http://www.mises.org.br/Article.aspx?id=576> acesso em 02 de maio de 2015.
- DOMES, J. **China after the Cultural Revolution**. London: C. Hurst & Company, 1976.
- FAIRBANK, J. K. **China: uma nova história**. 3ª edição. Porto Alegre: L&PM, 2008.
- GAMER, R. (ed.). **Understanding contemporary China**. USA: Lynne Rienner Publishers, 1999.
- HAW, S. G. **História da China**. Lisboa: Edições tinta-da-china, 2008.
- LEITE, A. C. C. A industrialização de áreas agrícolas na China: uma consequência do recente desenvolvimento chinês. **Revista Soc. Bras. Economia Política**, São Paulo, n. 36, p. 91-116, outubro 2013.
- LI, H.; ROZELLE, S. **Privatizing rural China: insider privatization, innovative contracts and the performance of township enterprises**. *The China Quarterly*, v.176, p. 981-1005, 2003.
- MACCIOCHI, M. **De la Chine**. Paris: Éditions du Seuil, 1971.
- McCANN, M. **Rights at work**. Chicago: University of Chicago Press, 1994.
- MEZZETTI, Fernando. **De Mao a Deng: a transformação da China**. Tradução de Sérgio Duarte. – Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000.
- O'BRIEN, K; LI, L. **Popular contention and its impact in rural china**. **Comparative Political Studies**, n. 38, p. 235-259, 2005.
- OSNOS, Evan. **A Era da Ambição: em busca da riqueza, da verdade e da fé na nova China**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- PISCHEL, Enrica Collotti. **História da Revolução Chinesa**. vol. 1,2 e 3. Sintra:Publicações Europa-América, 1976.
- SERRA, A. M. A. **China: as reformas económicas da era pós-Mao**. Lisboa: Imprensa oficial, 1997.
- SILVA, J. **A questão camponesa na República Popular**. 2008. Tese (Doutorado em Ciência Política). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, São Paulo.



TAMAMES, R. **China 2001: la cuarta revolución**. Madri: Alianza editorial, 2001.

TISSIER, Patrick. **La Chine: transformations rurales et développement socialiste**. Paris: François Maspero, 1976.

XU, Z. The Chinese agriculture miracle revisited. **Economic & Political Weekly**, v. XLVII, n.14, p. 51-58, 2012.

WAN, X. Mutual empowerment if state and peasantry. **World Development**, v. 25, p. 1431-1442, 1997.

WEN, D.; CHANG, W. **China under Deng Xiaoping: political and economic reform**. London: Macmillan, 1988.

WHITE, L. **Local causes of China's economic reforms**. New York: M.E. Sharpe, p. 84-112, 1998.

ZEMIN, J. **Reforma e construção da China**. Rio de Janeiro: Record, 2002.

ZHANG, M. From public to private: the newly enactec chinese property law and the protection of property rights in **China**. **Berkeley Business Law Journal**, vol. 5, 2008.



Universidade Federal Rural de Pernambuco, julho de 2020
www.ufrpe.br

ISSN: 2446-6662– Versão Eletrônica

**Este artigo está sob uma licença do
Creative Commons**

É permitido:

Copiar, distribuir, exibir e executar a obra e fazer trabalhos derivados dela, conquanto que deem créditos devidos ao autor ou licenciador, na maneira especificada por estes.

Copiar, distribuir, exibir e executar a obra e fazer trabalhos derivados dela, desde que sejam para fins não-comerciais

Distribuir obras derivadas somente sob uma licença idêntica à que governa a obra original.

